

Memorial acadêmico: trajetória profissional no ensino e na organização de arquivo - Paraíba, 1977/2022

ACADEMIC MEMORIAL: PROFESSIONAL TRAJECTORY IN TEACHING AND ARCHIVE ORGANIZATION - PARAÍBA, 1977/2022

Ma. Laura Helena Baracuhny Amorim

lhbamorim@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1088218541915287>

<https://orcid.org/0000-0003-3090-1144>

Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Cultura Brasileira e graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Submetido: 29 mar. 2022

Publicado: 28 ago. 2022

RESUMO

Neste Memorial objetivo descrever aspectos essenciais da minha trajetória pessoal e profissional, de forma a deixar registradas as minhas incursões iniciais nas áreas de História e da Arquivística, até a consolidação da minha atuação neste interessantíssimo campo do saber científico. Destaco aqui aquelas lutas empreendidas com um excelente grupo de pessoas, todas comprometidas com a afirmação da ciência Arquivística na Paraíba, para criação e consolidação do Arquivo Público do Estado da Paraíba (2011/2018).

PALAVRAS-CHAVE: ensino e pesquisa; História; organização de arquivos.

ABSTRACT

In this Memorial I aim to describe essential aspects of my personal and professional trajectory, in order to record my initial incursions in the areas of History and Archival Science, until the consolidation of my work in this very interesting field of scientific knowledge. I highlight here those struggles undertaken with an excellent group of people, all committed to the affirmation of Archival Science in Paraíba, for the creation and consolidation of the Public Archive of the State of Paraíba (2011/2018).

KEYWORDS: teaching and research; History; files organization.

Meu nome é Laura Helena Baracuhny Amorim, nasci em área rural do município de Cruz do Espírito Santo, Paraíba, filha de José da Costa Baracuhny e de Sancha Pereira Baracuhny, ambos paraibanos. Amo uma vida simples e em paz. Gosto muito de ouvir pessoas, música, ler e conversar, além de amar trabalhar em equipe. Formei-me em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), campus I, concluindo o curso em 1970. Foi uma época difícil de estudar, devido à ausência de bons livros em circulação, levando-me a ter que fazer xerox de livros importantes que algumas pessoas me emprestavam reservadamente, para ter uma visão mais ampla do mundo, do país e da região em que vivia. Foi um difícil momento de construção do saber por que, apesar de ler bastante, infelizmente não havia muito espaço para debates. Dessa forma, apesar das dificuldades, não me pensei menor: aprendi que devo ter a mente sempre aberta para ampliar a minha visão de mundo e, assim, aprendi a ler sobre outras áreas científicas e a fazer conexões entre os conhecimentos defendidos por cada uma. Fiz o Mestrado em História, na Universidade Federal de Pernambuco, concluído em 1987. Tive a sorte de participar da convivência intelectual e da amizade de pessoas especiais, tais como Irene Rodrigues da Silva Fernandes, Rosa Maria Godoy Silveira, Joana Neves, Silvio Frank Alem, Emília Lins Freire, entre

outras. Estas pessoas me apoiaram na ampliação das minhas possibilidades de compreensão do mundo, tendo como horizonte o campo científico da História.

Não vou discorrer sobre meu currículo, tratarei apenas de apontar os caminhos que me levaram à docência em História e em Arquivologia, bem como àqueles relacionados com as funções de pesquisa e de extensão, todos indissociáveis ao ensino. Ser docente é elemento essencial de constituição da minha natureza. Vamos ao trabalho!

Após a conclusão da minha licenciatura, fui contratada como professora de História em 1971, pelo governo estadual e ensinei no antigo Colégio Estadual do ABC. Em 1976, fui contratada como Professor Colaborador na UFPB, instituição que tive a alegria de trabalhar e conviver com muitos colegas, alunos e servidores que fizeram valer a pena estar ali, naquele momento. Parafraseando Thiago Melo digo que, naquele tempo, *fez escuro, mas cantamos!*

Como docente do Departamento de História, ensinei disciplinas nas áreas de História da América (I, II III) e da América Latina Contemporânea, História do Brasil (III e IV) e do Brasil Contemporâneo, História do Nordeste, História da Paraíba e História Econômica e Social Geral e do Brasil (I e II). Aos poucos fui me integrando à equipe do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), trabalhando na área de pesquisa. No Departamento de História desenvolvi atividades de Extensão e acabei por associá-las aos projetos de pesquisa. Neste espaço de saber, prestei serviços e orientação a estagiários (PIBIC) na pesquisa, com vista ao levantamento de fontes sobre a Industrialização na Paraíba (1930-1989) e sobre a Questão Agrária na Paraíba, visando estimular a produção de trabalhos científicos. Além disso, no NDIHR, desde sua fundação, houve um grande incentivo à pesquisa nas áreas histórica, político-econômica e sociológica. O grande problema era: onde pesquisar? Quando se localizava um acervo importante defrontávamos com outra questão: como pesquisar no meio de uma total desorganização dos documentos? Como localizar informações que os estudos acadêmicos estavam necessitando para poder estabelecer ideias e debater visões do passado, de forma a contribuir com o estudo e a mudança do presente vivido em nosso estado e região? Como colaborar na ampliação de áreas de pesquisa, salvando os documentos da unidade, calor excessivo, roedores, entre outros fatores reveladores do abandono/descaso das instituições responsáveis pela sua “guarda e proteção”.

Essas e outras perguntas levaram à formação de grupos dentro do NDIHR, preocupados com os estudos acadêmicos de preparação de aulas e de trabalhos para Mestrado e Doutorado, a se firmarem na luta para realizar a organização em alguns acervos considerados estratégicos para a elaboração/reelaboração da História paraibana e regional. Dois grupos foram se integrando e preparando Projetos para abordar os Arquivos da Cúria Metropolitana e o da Associação Comercial da Paraíba (ACP). Estas atividades de extensão permitiram a abertura da pesquisa e a produção de excelentes trabalhos acadêmicos nessa área. Presentes nesta empreitada estiveram os professores e estudantes de História, envolvidos com bolsas ou como voluntários, ávidos por abrir caminhos e aprender a ter foco na construção do seu saber. Cito o nome de algumas pessoas destas equipes: Lúcia Guerra, Irene Fernandes, Gloriete Pimentel, Zeluza Formiga, Neiliane Maia, Joana Neves, Rosa Godoy, Ana Andréa Castro, Laudereida Marques Morais, Tânia Enedino, todas companheiras de luta e trabalho e amigas inseparáveis. Ao lutar pela organização e acesso aos documentos, para os pesquisadores que dele necessitassem, elas deixaram suas maravilhosas marcas nas áreas de História e de Arquivologia. Lamento não haver espaço neste texto para nominar uma lista grande dos estudantes que estiveram nestes trabalhos.

Registro, ainda, que como docente de História, entre 1997 e 2001, exerci o cargo de professora substituta da UEPB, na área de História, no Campus de Guarabira.

Neste momento, irei traçar em linhas rápidas, as minhas experiências junto aos Arquivos da Associação Comercial da Paraíba (ACP), da Assembleia Legislativa da Paraíba, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, além da que vivi enquanto professora do Curso de Arquivologia da UEPB.

O trabalho junto ao Arquivo da ACP começou após a realização de parte da pesquisa para minha dissertação, visando concluir o Mestrado em História. A minha dissertação intitula-se *O comércio paraibano no processo de formação do mercado nacional* (AMORIM,1987), e imaginem a luta para buscar fontes históricas deste tema, na Paraíba, tão carente de arquivos acessíveis. Após buscas intensas e demoradas com levantamentos de dados em censos, jornais e em bibliografias relacionadas ao tema, consegui, através de Irene Fernandes, ter certo acesso ao acervo da ACP, que se encontrava amontoado, entre traças, caixas velhas, armários em fase de destruição e de muito roedores. Foi lá que recuperei o pensamento do grupo comerciante (e político) paraibano e pude completar as informações que necessitava para a conclusão do meu trabalho.

Diante da alegria de haver concluído meus estudos no Mestrado e, juntamente com Irene Fernandes, que havia antes de mim já realizado pesquisa nesse acervo, resolvemos começar a trabalhar a sua massa documental acumulada (m.d.a.). Procuramos estudar os autores, então disponíveis, Schellenberg, Heloísa Bellotto, Ana Camargo, buscando formas de entendimento e abordagem desse material. Apesar das leituras feitas, tivemos dificuldade na construção de um arranjo arquivístico claro, para esse acervo documental. Só após conseguir contato com Heloísa Bellotto, que prestou assessoria ao Projeto, pôde-se realizar correções e dar uma feição inteligível ao arranjo arquivístico. Ela não teve responsabilidade alguma sobre o que foi feito, mas nos ajudou muito, discutindo presencialmente as questões postas, orientando e indicando leituras.

Entre as experiências da ACP e a do Arquivo do TRE/PB, participei da formação de um grupo de estudo e trabalho centrado em arquivos, formado por Gloriete Pimentel, Zeluiza Formiga, Laudereida Marques Morais e Ana Andréa Castro. Este grupo foi convidado para realizar a organização do Arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba, para o que foi elaborado um Projeto. Infelizmente, apenas foi vivenciada a pré-organização da sua massa documental. Inicialmente foi feita a identificação e separação por espécies e tipos documentais, que se encontravam em estado lastimável. Procurou-se priorizar a organização das Leis, Decretos Legislativos, Projetos de Lei, Pedido de Informações, Livros de Atas, Apanhados Taquigráficos, Correspondência expedida e recebida pela Instituição, Processos Administrativos, Jornais, entre outros. A Presidência da AL/PB tinha urgência na construção de meios que dariam acesso a todo o acervo. Da mesma forma, houve o cuidado de estudar os documentos da Instituição e, na pesquisa, percebeu-se que não havia nada atualizado que desse respaldo ao conhecimento das competências/atribuições dos setores e apenas a Mesa Diretora tinha as suas atividades definidas claramente. Através de leituras, pesquisas e entrevistas com cada setor da AL/PB, conseguiu-se construir um instrumento denominado de Pré-Tabela de Temporalidade de Documentos. Quando se pensou em proceder à avaliação e debate do instrumento citado, houve a comunicação de que o Projeto fora cancelado e já não era mais prioridade para a ALPB. Foi difícil enfrentar a frieza com que as autoridades responsáveis pelo Órgão estabeleceram suas metas: o Arquivo não era prioridade!

A terceira experiência que vivi intensamente, juntamente com Gloriete Pimentel, Irene Fernandes e Zeluiza Formiga, foi a de começar e concluir a organização da Gestão Documental do TRE-PB. Fizemos tudo no passo a passo previsto pela Arquivística. Tudo começou em 1997, quando o Projeto de Organização do Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), enviado através da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FUNAPE/UFPB), foi aceito. As atividades foram iniciadas, dividindo a equipe de trabalho em duas direções: uma voltada para o reconhecimento da documentação, o estado em que se encontrava, diagnosticando a situação geral, que embasou a separação desse acervo, de forma a facilitar o seu estudo; e a outra, dedicada ao estudo da legislação (Lei de criação, Regimentos, Regulamentos, entre outros), com vistas à compreensão das finalidades, competências/atribuições que cabiam a cada unidade/setor do Tribunal Regional. O objetivo focou na construção da Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos (TTD) e teve como base para a sua construção, as funções que o TRE-PB exercia naquele momento, para o atendimento das finalidades institucionais, sem abandonar o horizonte da sua estrutura, deixando claro os setores/unidades que as exerciam, visando a perfeita identificação dos servidores com a TTD, reconhecendo nela a sua Instituição. De tudo isto resultou uma TTD que refletia as atividades meio e fim de forma entrelaçada e harmoniosa e, embora as funções guiassem a produção documental, tudo emergia refletindo os setores / unidades ativas e responsáveis por cada atividade realizada.

A partir desse documento foi montado um arranjo arquivístico que permitiu a ordenação dos documentos acumulados pelo TRE-PB. O processo de eliminação foi feito a partir do Instrumento criado e conforme as orientações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivo (CONARQ). Todo esse trabalho contou com o apoio da equipe do TRE-PB, em especial a da Dra. Lúcia Marques, Coordenadora do Arquivo, que foi irretocável no seu apoio e luta dentro da Instituição para adquirir os instrumentos de trabalho, participação em Seminários e Congressos e realização de leituras que lhe permitisse compreender a linguagem arquivística e colaborar para a melhor efetivação do Projeto. Recentemente, essa TTD foi revisada e no momento da sua divulgação fomos, Lúcia Marques, Irene Fernandes e eu, convidadas por Gabriela Garcia, arquivista do TRE-PB, para a *live*, *Classificação do Arquivo Eleitoral do TRE/PB* objetivando a exposição sobre o trabalho realizado. Grande foi a nossa alegria de ouvir desta arquivista, palavras elogiosas e, sobretudo, a informação de que os Instrumentos de Gestão que havíamos elaborado, no processo de atualização dessa TTD, tiveram mantidas as linhas mestras do trabalho arquivístico que havíamos construído.

Em 2006, foi criado o Curso de Arquivologia da UEPB, no campus V (João Pessoa). Fiz minha inscrição, juntamente com Irene Fernandes. Ana Andréa V. de Castro também se inscreveu. Fomos entrevistadas por José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca que tinham sido convidados para realizar a implantação do referido curso. Durante a entrevista fui estimulada a expor as experiências que eu havia vivenciando na área arquivística. Ao final fomos as três contratadas para assumirmos a equipe pioneira, responsável pela implantação e funcionamento do Curso. As aulas começaram na semana após a nossa aprovação e eu e Ana Andréa ficamos responsáveis pelas disciplinas Fundamentos da Arquivologia e Gestão de Documentos I, nos turnos manhã e noite. Além da docência, Irene, Ana Andréa, eu, juntamente com Cássia Lobão Assis (Coordenadora do Curso) e Jaqueline Echeverria (Chefe de Departamento), compusemos a equipe de apoio à Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Arquivologia, que ficou sob a coordenação informal de Irene. José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca ficaram

como responsáveis pelas linhas mestras do PPP e, juntamente com os professores do Curso, procederam à análise, debate e fechamento do PPP.

O comum nas universidades é que antes da abertura de qualquer curso de graduação, sejam tomadas medidas, visando assegurar a real necessidade de um curso, inclusive sobre a possibilidade do mercado de trabalho ser capaz de absorver parte importante dos profissionais que serão qualificados, bem como a existência de um conjunto de pessoas que ofereçam formação científica e técnica e, ainda, sobre a viabilidade econômica de sua implantação. Não percebi essas medidas serem cogitadas nesse processo de implantação do Curso. Ele foi sendo instalado com muita dificuldade e pela força e ânimo dos docentes envolvidos, que conseguiram superar os conflitos e a fragilidade das condições materiais existentes. Não se tinha meios de realizar Encontros, mesmo pequenos Seminários, de forma a dinamizar / estimular docentes e discentes a realizarem vivências que permitissem a troca de conhecimentos e de experiências na área da Arquivologia, visando uma reflexão no campo conceitual. Cada conceito trabalhado era apresentado de forma a ultrapassar o registro do seu significado, ampliar o campo de visão e aplicação dele, através de leituras de autores competentes e de debates que se seguiam, envolvendo o máximo possível de alunos, atraindo-os a fazer aplicação do conceito, estimulando-os a uma reflexão geral e nas possibilidades de sua aplicação, quando fossem realizar o trabalho prático nos arquivos. Minha experiência no Curso de Arquivologia durou dois semestres letivos. Sai, pois o edital do concurso impediu a participação de Historiador.

Em março de 2011, durante o I Encontro sobre Gestão Documental: por uma política estadual de Arquivos Públicos, promovida pela FCJA, foi criada uma comissão provisória de arquivos públicos, constituída por representantes das Universidades federal e estadual, da FCJA, da Prefeitura de João Pessoa, da Associação dos Arquivistas da Paraíba, da Assembleia Legislativa, da Secretaria de Estado da Administração, visando debater, formular sugestões, oferecer encaminhamentos dos problemas de gestão documental. O escopo era construir um plano de ação preliminar, visando oferecer as bases para a inserção da criação do Arquivo Público e do Sistema de Gestão Documental. O governo estadual, sensibilizado criou uma Comissão Provisória, com vistas à elaboração do “...marco legal para reger o funcionamento do Arquivo Público do Estado da Paraíba, bem como de toda a documentação dos memoriais e do Arquivo dos Governadores, sob a responsabilidade da Fundação Casa de José Américo” (Ato Governamental nº 13.338, de 19 de fevereiro de 2018). A referida Comissão apresentou o resultado dos seus trabalhos ao Governador Ricardo Coutinho e, em 29 de dezembro de 2018, foi publicada a Lei nº 11.263, criando o Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB).

Atualmente, ocupo o cargo de Gerente Executiva de Gestão Documental e do Sistema de Arquivos da Paraíba. A Direção do APEPB está sob a responsabilidade de Naiany de Souza Carneiro e Hilza Costa Cavalcante exerce a Gerência Executiva de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo. Em termos formais, o Arquivo tem previsto em sua estrutura administrativa a nomeação de dez (10) cargos para o seu pleno funcionamento. Na realidade, o Órgão conta apenas com estas três servidoras para atender a todos os órgãos do estado, que estão sob a responsabilidade do Arquivo Público. Deve-se registrar que o Arquivo conta com o apoio de alguns remanescentes da Comissão Provisória que planejou a sua criação, pessoas solidárias e comprometidas com a real implementação do APEPB, dentre as quais sobressaem: Irene Rodrigues da Silva Fernandes, Josemar Henrique de Melo, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Ana Andréa Vieira de Castro, Aurora Maia, Rita São Paio, entre outras. Este conjunto de pessoas, atualmente forma uma equipe de apoio que debate,

sugere e analisa as atividades desenvolvidas pela equipe do Arquivo Público, colaborando constantemente para que esse Órgão se mantenha, no possível, dentro das linhas traçadas para sua atuação. Para concluir, deixo registrado os meus profundos agradecimentos a todos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, L. H. B. **O comércio paraibano na formação do mercado nacional**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

PARAÍBA. Lei Estadual 11.263, de 29 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a criação do Arquivo Estadual da Paraíba, do Sistema Estadual de Arquivos e define as diretrizes da política e arquivos públicos e privados de interesse público e social. **Diário Oficial do Estado**, João Pessoa, PB, nº 16.776, p. 3-5, 30 dez. 2018.